<u>Pág. 3</u>

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS
DO DIA 22 DE DEZEMBRO DE 2005
ACTA NÚMERO DOIS
Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro do ano dois mil e cinco, reuniu no Salão
Nobre dos Paços do Concelho, sito no Edifício da Câmara Municipal de Manteigas, sob a
presidência do seu Presidente efectivo, Senhor João Adelino Paixão Salvado, coadjuvado pelo
Senhor António Lívio Martins Roque e pela Senhora Ermelinda Silva Leite Salvado,
respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária
Assinaram a lista de presenças [ANEXO 1], para além dos mencionados, os seguintes
deputados municipais: Albino Massano Leitão, Horácio Rabaça Gaspar, Albino Saraiva Cardoso,
André Craveiro Leitão, Fernanda Isento Pereira, Manuel José Correia da Silva Carvalhinho,
Armandino Martins Susano, Carlos Manuel Abrantes Ferrão, Nuno Manuel Matos Soares,
Umberto Massano Leitão, Luís Miguel Cardoso Direito da Graça, Luís Pedro Matos Soares, José
Quaresma Domingos, Francisco Martins Lucas e Joaquim Fernandes Albuquerque
Faltou à reunião o Deputado Municipal Bernardo da Graça Bicha Lemos dos Santos, que
justificou a falta relativamente à presente reunião
Estavam também presentes: o Senhor Vice-Presidente José Manuel Saraiva Cardoso, o
Senhor Vereador Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, o Senhor Vereador José Quaresma
Pinheiro e o Senhor Vereador António José Ascensão Fraga. O Senhor Presidente da Câmara,
por imperativos de representação oficial, só poderia comparecer mais tarde, delegando no Senhor
Vice-Presidente da Câmara as suas responsabilidades
Às catorze horas e quarenta e cinco minutos, constatada a existência de quórum, o
Senhor Presidente declarou aberta a sessão e deu as boas vindas a todos os presentes à
primeira reunião de trabalho deste novo mandato, informando que espera que a Assembleia
Municipal seja digna de representar os munícipes que a elegeram, contando com a colaboração
de todos para o efeito. Informou ainda que é a primeira assembleia a que vai presidir, pedindo
antecipadamente a compreensão dos deputados presentes para as falhas que houver, falhas
essas que serão corrigidas no futuro, com a ajuda de todos
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
Procedeu de seguida à leitura da correspondência chegada à Presidência, que
passamos a identificar:
Ofício da <u>Associação Nacional de Municípios Portugueses</u> , solicitando da Câmara
Municipal a emissão, facultativa, de um relatório sobre os trabalhos do congresso realizado no
Porto nos dias nove e dez do corrente mês [ANEXO 2];

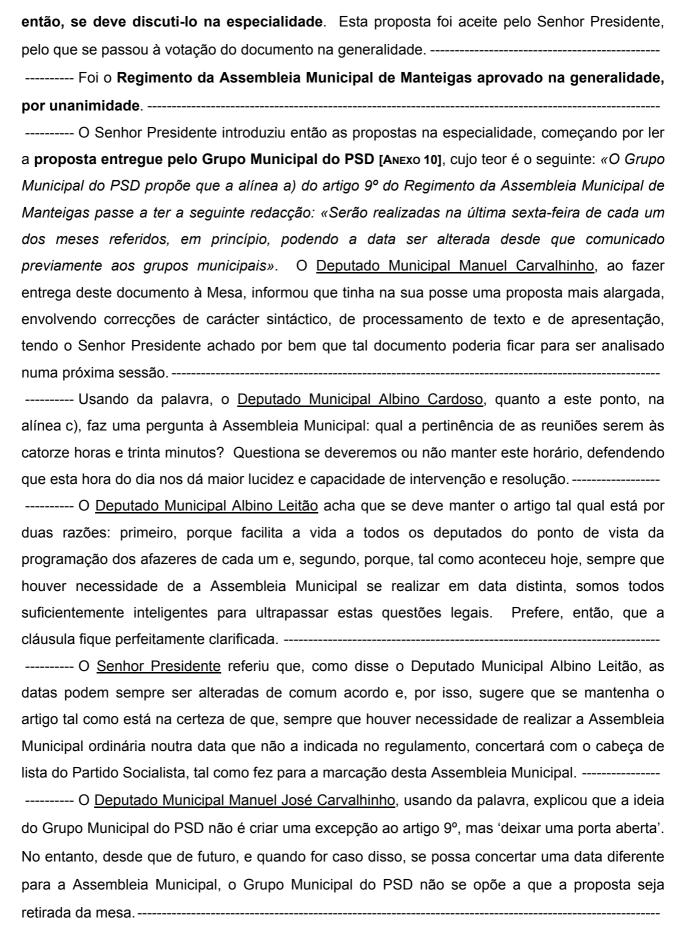
<u>Pág. 4</u>

— Ofício do <u>Advogado Dr Miguel Fonseca, informando da Deliberação do Tribunal</u>
Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, sobre o processo nº 296/05.1BECTB de autoria de
Albino Ferrão Monteiro contra a Câmara Municipal de Manteigas, cuja sentença/acórdão foi
favorável às pretensões do Município [ANEXO 3];
— Carta do <u>Senhor Presidente da Câmara Municipal de Manteigas</u> , referindo, conforme
estipula a Lei nº 52-A/2005, as funções que exerce [ANEXO 4];
— Carta do <u>Senhor Vice-Presidente</u> , referindo, conforme estipula o nº 1 do artº 3º da Lei
52-A/2005, as actividades que desempenha [ANEXO 5];
— Carta do <u>Senhor Vereador José Pinheiro</u> , referindo, conforme estipula a
Lei 52-A/2005, as funções que exerce [ANEXO 6];
Carta do Grupo Municipal do PSD, informando sobre a constituição do grupo e
assinada por todos os elementos que o integram. O líder e porta-voz do Grupo Municipal do
PSD é o Deputado Municipal Manuel José Carvalhinho [ANEXO 7]
Após a leitura da correspondência o <u>Senhor Presidente</u> informou que, por sua iniciativa,
tinha elaborado uma lista com os nomes e moradas [ANEXO 8] de todos os Deputados a esta
Assembleia Municipal e solicitou que a mesma fosse passada de mão em mão para que cada um
dos nomeados inscrevesse na lista uma forma de contacto mais rápida e expedita, como é o caso
do número de telefone ou telemóvel e/ou o endereço electrónico
Pediu então ao <u>Deputado Municipal Albino Leitão</u> que dissesse se a acta número um , de
quatro de Novembro de dois mil e cinco, que foi anexada à convocatória desta Assembleia, estava
em conformidade ou se precisava de alguma correcção, ao que o referido Deputado pediu que
fosse corrigido o ano 'dois mil e cinco' na primeira linha, e não 'dois mil e quatro', ficando então a
mesma em condições de ser aprovada. Uma vez que a acta seria sujeita a correcções, o
<u>Deputado Municipal Luís Pedro Matos Soares</u> solicitou as seguintes correcções: na segunda linha
do quarto parágrafo, em vez de 'Lei nº 5-A72002', constasse 'Lei nº 5-A/2002' e que, na terceira
linha do quinto parágrafo, em vez de 'Democrático', constasse 'Democrata'
Enquanto a acta foi a corrigir, usou da palavra o Deputado Municipal Albino Cardoso, que
saudou todos os presentes e, dirigindo-se aos Deputados 'estreantes' em especial, informou que
os que têm mais experiência destas situações têm verificado, ao longo das assembleias
municipais, quão difícil é elaborar as actas e quão longo é o período de correcção das mesmas.
Quer que esta situação seja sanada de futuro e leu à Assembleia a seguinte proposta, que foi
posteriormente entregue à Mesa [ANEXO 9]:

<u>Pág. 5</u>

« Proposta : A participação e desempenho de todos os elementos desta Assembleia,
nomeadamente as intervenções de maior relevância e eficácia dos trabalhos da mesma, carecem
de transcrição em acta elaborada para o efeito, conforme consta da Lei e do Regulamento. §
Tendo em vista colmatar o efeito do elevado intervalo entre Assembleias para a elaboração das
actas, proponho: § – Que seja aprovado por esta Assembleia e recomendado ao Executivo
Municipal, a aquisição de equipamento adequado que possibilite a transcrição das intervenções
dos membros desta Assembleia, de forma a facilitar a elaboração das actas e permitir um
aproveitamento de tempo e energias sempre necessárias para o desenvolvimento do trabalho
desta Assembleia; § – O referido equipamento, deverá estar em funcionamento na próxima
Assembleia de Fevereiro de 2006.»
O Senhor Presidente da Mesa referiu que tal pedido já vem do mandato anterior e está
em condições de dizer que na próxima Assembleia o equipamento de som estará operacional.
Comprometeu-se ainda a diligenciar o envio da minuta da acta para correcção no mais curto prazo
possível, de forma a alargar o tempo disponível para que os senhores deputados municipais
sugiram as alterações necessárias
Entretanto, o <u>Senhor Vice-Presidente da Câmara</u> informou que a Microsoft está a
desenvolver um programa para transcrição escrita das intervenções orais, que a Câmara
Municipal tenciona adquirir, e que tudo será mais simples no futuro
Findas as intervenções sobre esta questão, foi posta à votação, e aprovada por
unanimidade, a proposta do Senhor Deputado Albino Cardoso de que seja aprovada a
transcrição da acta e recomendado ao Executivo da Câmara Municipal de Manteigas
disponibilizar, já para a próxima assembleia municipal, o equipamento necessário para
recolha das intervenções orais e respectiva transcrição escrita
De seguida, usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais Albino Massano
Leitão e Nuno Matos Soares:
<u>Deputado Municipal Albino Leitão</u> — Iniciou a sua intervenção informando que é
mandatado pelo Deputado Municipal Bernardo Lemos Santos para transmitir à Mesa da
Assembleia a justificação de que, por motivos de ordem familiar inadiáveis, lhe é impossível estar
presente nesta reunião
Seguidamente, saudando os presentes e informando-os de quão grato é para si reiniciar
a actividade municipal, lembrou que não estamos aqui individualmente mas representando os
munícipes em geral; que é na base dessa legitimidade que vamos trabalhar nos próximos quatro
anos, pelo que, acima das questões particulares, está o interesse dos manteiguenses, o que

obriga à necessária colaboração franca, honesta e leal de todos para propiciar um melhor
ambiente de trabalho. Da sua parte, considera todos os presentes, sem excepção, seus irmãos e
a todos deseja um bom natal nesta época
<u>Deputado Municipal Nuno Matos Soares</u> — Iniciou a sua participação desejando a todos
um bom trabalho. A seguir informou que esta sua intervenção se prende com o processo eleitoral,
sobre o qual gostava de dizer apenas uma coisa: viu uma carta do Partido Socialista, cujo ponto
um põe em causa a sua honra, uma vez que presidiu à mesa de voto nele referida. Em termos de
legalidade não admite nem a presentes nem a ausentes que lhe dêem lições, pois não estão mais
preocupados com a legalidade do que ele. Além disso, não foi a primeira vez que esteve numa
mesa de voto e, se houvesse qualquer voto ilegal, o mesmo teria sido verificado, o que pode ser
constatado consultando o Acórdão do Tribunal Constitucional, na internet, onde aliás poderão
perceber que a sua foi a única mesa que não apresentou qualquer falta
A esta altura o <u>Senhor Presidente</u> interrompeu o Deputado Municipal Nuno Soares,
lembrando que estamos aqui para tratar do futuro e que o passado é passado. Quanto às palavras
do Deputado Municipal Albino Leitão, regista-as com agrado e simpatia, pois acredita que todos
nós comungamos do mesmo espírito e espera que este se mantenha durante o presente
mandato
Antes de passar à Ordem do Dia, corrigida que foi a acta número um da Assembleia
Municipal de Manteigas, e certificado pelo Senhor Deputado Albino Leitão que as alterações
solicitadas estavam correctas, foi a acta número um aprovada por unanimidade e assinada
pelo Presidente da Mesa, Senhor João Adelino Paixão Salvado, e pelos Secretários da mesma,
Senhor António Lívio Martins Roque, na qualidade de Primeiro Secretário, e Senhora Ermelinda
Salvado, na qualidade de Segunda Secretária
PERÍODO DA ORDEM DO DIA
PONTO 3.1 DA ORDEM DE TRABALHOS
APRECIAÇÃO E APROVAÇÃO DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
O <u>Senhor Presidente</u> introduziu este ponto dizendo que o Regimento da Assembleia
Municipal que está em vigor pode ser rectificado e levar pequenos acertos. Ele próprio tem uma
ou duas questões a apontar, nomeadamente quanto ao dia em que a assembleia se deve realizar.
Entende o Senhor Presidente que não deve ser uma sexta-feira específica, vinculativa, mas um
dia em que seja oportuno, como aconteceu com a reunião de hoje, por exemplo, desde que todos
os deputados estejam de acordo
O <u>Deputado Municipal Albino Leitão</u> interrompeu o Senhor Presidente para opinar que, do
seu ponto de vista, se deve primeiro votar e aprovar o regimento na generalidade, só depois,





O Deputado Municipal Albino Leitão interrompeu a reunião para apresentar um protesto
pela ausência do Senhor Presidente da Câmara Municipal, ao que o Senhor Presidente da
Mesa informou que tinha a indicação de que o mesmo chegaria mais tarde, tendo o Senhor Vice-
Presidente da Câmara pode ser substituído pelo
Vice-Presidente, sempre que disso haja necessidade. Informou ainda que o Senhor Presidente da
Câmara estava em funções oficiais em representação do Município e chegaria a qualquer
momento
Antes de passar ao ponto 3.2. da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Mesa propõe
que todas as deliberações da Assembleia Municipal sejam aprovadas em minuta, neste
mandato completo de quatro anos, para que possam entrar imediatamente em vigor, em vez de
terem força deliberativa apenas após a aprovação da acta
O Deputado Municipal Albino Cardoso referiu que tem que ficar escrito que a deliberação
foi aprovada em minuta
Tida em consideração a proposta do Senhor Presidente, ficou decidido que será
considerado caso a caso quais as deliberações da Assembleia Municipal que serão
aprovadas em minuta
PONTO 3.2 DA ORDEM DE TRABALHOS
ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA EM REPRESENTAÇÃO DAS
<u>Freguesias para o Conselho Municipal de Educação</u>
O Grupo Municipal do PSD apresentou a seguinte proposta [ANEXO 11]: «O Grupo
Municipal do PSD propõe que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro seja eleito
em representação das freguesias para o Conselho Municipal de Educação», tendo a mesma sido
aceite pela Mesa e designada por Lista A
O Deputado Municipal Albino Cardoso, antes de se dar início à votação de qualquer
deputado para representar a Assembleia Municipal em comissões, conselhos ou organismos extra
assembleia, refere que os nossos representantes devem trazer a esta Assembleia informações
regulares dos trabalhos desenvolvidos. Apoiou a sua intervenção na leitura do documento
[ANEXO 12], que entregou à Mesa e que a seguir se transcreve: «Proposta: Conforme consta da
ordem de trabalhos, vai hoje a Assembleia Municipal eleger, nomear ou indigitar representantes
da mesma em diversos órgãos. § Decorre deste facto, a necessidade de manter informada a
Assembleia, da acção e actividade dos representantes e do órgão para o qual mereceram a
escolha desta mesma Assembleia. § Assim, numa perspectiva dinâmica de salvaguarda de um
bom desempenho de todos nós nos fins para que nos propusemos e fomos eleitos, proponho que:

<u>Pág. 9</u>

§ – Qualquer representante desta Assembleia noutro órgão, deverá manter informada a mesma
da sua participação e acções desenvolvidas, data das reuniões efectuadas ou a efectuar, orden
de trabalhos, conclusões e medidas tomadas; § – Esta informação, deverá ser comunicada à
Mesa da Assembleia que por sua vez a colocará em ordem de trabalhos; § – Excepcionalmente e
consoante a urgência do tema, deverá ser comunicada às diversas forças partidárias, antes da
realização das Assembleias ordinárias.»
O Deputado Municipal Luís Pedro Soares não concorda com esta proposta, uma vez que
pelo menos os representantes eleitos para os cargos referidos nos pontos 3.2, 3.3, e 3.4 serão
Presidentes das Juntas de Freguesia, pelo que devem reportar directamente à Junta de Freguesia
e não à Assembleia Municipal
O Senhor Presidente da Mesa lembrou o interveniente que os Presidentes das Juntas de
Freguesia são também deputados desta Assembleia Municipal
O Deputado Municipal José Quaresma Domingos referiu que são representantes da
Assembleia mas também da Junta de Freguesia e que é a esta que devem reportar directamente
tendo que dar informações sim, mas à Junta e não à Assembleia Municipal. Entende que deve
manter os outros presidentes de junta de freguesia informados mas nunca a Assembleia
Municipal
O Deputado Municipal Albino Cardoso lembrou que é a Assembleia Municipal que está a
eleger os seus representantes, pelo que é a esta que os Presidentes das Juntas de Freguesia têm
que manter informados do que se passa nos órgãos para que serão eleitos
O Senhor Presidente da Mesa disse não estar devidamente preparado para clarificar esta
questão e tomar uma decisão, pelo que o fará na próxima Assembleia. Entretanto, lembrou os
presentes que as actas das reuniões dos diferentes Conselhos e Comissões estão disponíveis
para consulta de todos os deputados
O <u>Deputado Municipal Albino Leitão</u> compreende o nervosismo dos Presidentes das
Juntas de Freguesia mas recorda que a representação advém de uma eleição e, se os mesmos
são eleitos pela Assembleia Municipal, é legítimo que cada um dos membros desta assembleia
tenha acesso ao trabalho desenvolvido e à forma como o mandato está a ser desempenhado
Terminada a discussão sobre a proposta apresentada pelo Deputado Municipal Albino
Cardoso, passou o Senhor Presidente à sua votação, tendo o documento sido aprovado por
maioria, com nove votos a favor, oito abstenções e um voto contra
O <u>Deputado Municipal Luís Pedro Soares</u> fez questão de fazer uma declaração de voto
Vota contra a proposta, pura e simplesmente, porque ao fim de trinta e um anos de 25 de Abril, os
Presidentes de Junta de Freguesia continuam a ser 'paus mandados' dos órgãos municipais



Findo este período de considerações sobre a proposta em causa neste ponto da ordem
do dia, foi a Lista A apresentada a votação, por voto secreto, obtendo dez votos a favor, quatro
abstenções e quatro votos em branco
A Lista A foi aprovada por maioria, e por isso deliberado que o Senhor Presidente
da Junta de Freguesia de Sameiro, Deputado Municipal Luís Pedro Matos Soares, é eleito
para representar as Freguesias de Manteigas no Conselho Municipal de Educação,
preenchendo a alínea d) do artigo 5° da Lei nº 41/2003 [ANEXO 13]. Esta deliberação foi aprovada
por minuta para produzir efeitos imediatos
PONTO 3.3 DA ORDEM DE TRABALHOS
ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA QUE IRÁ INTEGRAR A ASSEMBLEIA DISTRITAL DA GUARDA
O Senhor Presidente da Mesa solicitou à Assembleia propostas para este cargo, tendo o
Grupo Municipal do PSD apresentado a seguinte proposta [ANEXO 14]: «O Grupo Municipal do
PSD propõe que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria seja eleito para
integrar a Assembleia Distrital da Guarda»
A proposta foi aceite pela Mesa e designada por Lista A. Colocada a votação, por voto
secreto, obteve dez votos a favor, quatro abstenções e quatro votos em branco
Foi a Lista A aprovada por maioria, e por isso deliberado que o Senhor Presidente
da Junta de Freguesia de Santa Maria, Deputado Municipal José Quaresma Domingos, é
eleito para integrar a Assembleia Distrital da Guarda, preenchendo a alínea b) do artigo 2º do
Decreto-Lei nº 5/91 [ANEXO 15]. Esta deliberação foi aprovada por minuta para produzir efeitos
imediatos
PONTO 3.4 DA ORDEM DE TRABALHOS
<u>ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA A</u>
Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios
Pedindo a palavra, o <u>Deputado Municipal Albino Cardoso</u> disse que, como todos terão
percebido, o concelho tem quatro freguesias, o que importa em quatro Presidentes de Junta de
Freguesia. Nos dois pontos anteriores, foram eleitos os Presidentes das Juntas de Freguesia de
Sameiro e de Santa Maria. Na boa prática da representatividade democrática, todos aceitamos as
votações anteriores e entende que neste caso se deve manter o representante actual, pelo que o
PS propõe que seja eleito o Deputado Municipal Francisco Martins Lucas
O <u>Senhor Presidente</u> solicitou à Assembleia propostas para esta eleição, tendo o Grupo
Municipal do PSD apresentado a seguinte proposta [ANEXO 16]: «O Grupo Municipal do PSD

<u>Pág. 11</u>

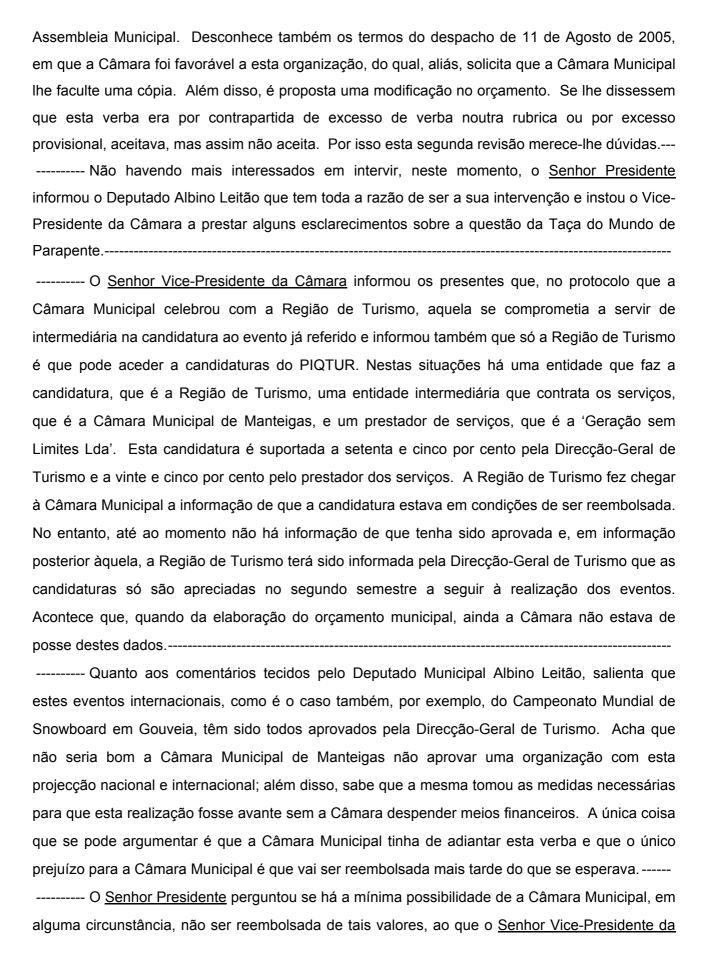
propõe que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro seja eleito para integrar a
Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios», que foi aceite pela mesa e
designada por Lista A
Posta a votação, por voto secreto, a Lista A obteve dezassete votos a favor e um voto em
branco
Foi a Lista A aprovada por maioria, e deliberado por isso que o Senhor Presidente
da Junta de Freguesia de São Pedro, Deputado Municipal Francisco Martins Lucas, é
reeleito para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, no
cumprimento do estipulado na alínea b) do artigo 5º da Lei nº 14/2004 [Anexo 17]. Esta deliberação
foi aprovada por minuta para produzir efeitos imediatos
Antes de passar ao ponto seguinte da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Mesa
corrigiu o texto do ponto que se segue, uma vez que não se trata de uma eleição mas sim de uma
designação. Fica, então, assim, o tema do ponto 3.5 da Ordem de Trabalhos:
PONTO 3.5 DA ORDEM DE TRABALHOS
DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA
O <u>Senhor Presidente</u> solicitou à Assembleia propostas para designação dos
representantes no Conselho Municipal de Segurança, tendo o Grupo Municipal do PSD
apresentado uma primeira proposta que suscitou algumas dúvidas e que, após reformulação,
ficou com o seguinte teor [Anexos 18]: «O Grupo Municipal do PSD propõe que os três
representantes para o Conselho Municipal de Segurança sejam: João Manuel Matos Martins, Luís
Jorge Paulito Vinagre e um terceiro elemento a indicar pelo PS». Esta proposta gerou um
consenso na assembleia e foi aceite pela mesa como a Lista A
O <u>Partido Socialista</u> propôs o Deputado Municipal Umberto Leitão para integrar esta lista,
pelo PS, tendo o mesmo aceite a designação, pelo que a Lista A passou de imediato a votação,
por voto secreto, e foi aprovada por unanimidade
Foi a Lista A aprovada por unanimidade, e por isso deliberado que os
representantes designados por esta Assembleia Municipal para o Conselho Municipal de
Segurança são os cidadãos idóneos Senhor João Manuel Matos Martins, Senhor Luís Jorge
Palito Vinagre e Senhor Umberto Massano Leitão, dando cumprimento ao estipulado na
aliena j) do artigo 5º da Lei nº 32/98 [ANEXO 19] e em conformidade com a alínea k) do artigo 4º do
Regulamento. Esta deliberação foi aprovada por minuta para produzir efeitos imediatos
PONTO 3.6 DA ORDEM DE TRABALHOS
ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE PARA O CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL



O <u>Sennor Presidente</u> solicitou a Assembleia propostas para eleição de um representante
da Assembleia Municipal no Conselho Local de Acção Social, tendo o Grupo Municipal do PSD
apresentado a seguinte proposta [ANEXO 20]: «O Grupo Municipal do PSD propõe como
representante da Assembleia Municipal para o Conselho Local de Acção Social o Deputado Municipal
António Lívio Martins Roque». Esta proposta foi aceite pela mesa e designada por Lista A
Posta a votação, por voto secreto, a Lista A obteve onze votos a favor, duas abstenções
e cinco votos em branco
A Lista A foi aprovada por maioria, e por isso foi deliberado que é eleito como
representante desta Assembleia Municipal no Conselho Local de Acção Social o Deputado
Municipal António Lívio Martins Roque. Esta deliberação foi aprovada por minuta para produzir
efeitos imediatos
Tal como aconteceu com o ponto 3.5 da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Mesa
corrigiu o texto do ponto seguinte, uma vez que não se trata de uma eleição mas sim de uma
designação. Fica, então, assim, o tema do ponto 3.7 da Ordem de Trabalhos:
PONTO 3.7 DA ORDEM DE TRABALHOS
<u>Designação de Dois Representantes para a</u>
COMISSÃO ORGANIZADORA DA MOSTRA DE ACTIVIDADES E FEIRA DE ARTESANATO
Após a introdução deste ponto, pelo Senhor Presidente da Mesa, o Deputado Municipal
Albino Cardoso usou da palavra, dizendo que não é pertinente qual vai ser a mostra de
actividades deste ano mas sim o facto de haver desde o princípio representantes da Assembleia
Municipal nesta Comissão e que acha que quem vier a representar a Assembleia pode ter um
trabalho árduo pela frente se quiser abraçar esta causa. Propõe que haja um representante de
cada partido com assento nesta Assembleia Municipal
O Senhor Vice-Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer que há quatro
anos, dentro deste princípio que agora foi enunciado pelo Deputado Municipal Albino Cardoso, os
vereadores do Partido Socialista foram convidados a participar nesta Comissão e recusaram o
convite
Após estas intervenções, o <u>Senhor Presidente</u> solicitou à Assembleia propostas para
designação dos representantes na Comissão Organizadora da Mostra de Actividades e Feira de
Artesanato, tendo o Grupo Municipal do PSD apresentado a seguinte proposta [ANEXO 21]: «O
Grupo Municipal do PSD propõe para representar a Assembleia Municipal junto da Comissão
Organizadora da Mostra de Actividades e Feira de Artesanato: – Um elemento a indicar pelo PS; –

Carlos Manuel Abrantes Ferrão». Esta proposta foi aceite pela mesa, como a Lista A, tendo o
elemento indicado pelo Partido Socialista sido o Deputado Municipal Albino Cardoso
Posta a votação, por voto secreto, a Lista A obteve dezassete votos a favor e um voto em
branco
Foi a Lista A aprovada por maioria, e por isso deliberado que são designados para
representar a Assembleia Municipal na Comissão Organizadora da Mostra de Actividades e
Feira de Artesanato os Deputados Municipais Albino Cardoso e Carlos Manuel Abrantes
Ferrão. Esta deliberação foi aprovada por minuta para produzir efeitos imediatos
PONTO 3.8 DA ORDEM DE TRABALHOS
ELEIÇÃO DE UM AUTARCA DE FREGUESIA PARA O CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL
O <u>Senhor Presidente</u> solicitou à Assembleia propostas para eleição de um autarca de
freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal, tendo o Grupo Municipal do PSD
apresentado a seguinte proposta [ANEXO 22]: «O Grupo Municipal do PSD propõe que seja mantido
o Senhor José António da Costa Morais no Conselho Cinegético Municipal». Esta proposta foi
aceite pela mesa e designada por Lista A
Posta a votação, por voto secreto, a Lista A foi aprovada por unanimidade, pelo que é
deliberado que o Senhor José António da Costa Morais é eleito para o Conselho Cinegético
deliberado que o Senhor José António da Costa Morais é eleito para o Conselho Cinegético Municipal, dando cumprimento ao estipulado na alínea d) do nº 2 do artigo 154º do Decreto-Lei
Municipal, dando cumprimento ao estipulado na alínea d) do nº 2 do artigo 154º do Decreto-Lei
Municipal, dando cumprimento ao estipulado na alínea d) do nº 2 do artigo 154º do Decreto-Lei nº 227 B/2000 [ANEXO 23]. Esta deliberação foi aprovada por minuta para produzir efeitos
Municipal, dando cumprimento ao estipulado na alínea d) do nº 2 do artigo 154º do Decreto-Lei nº 227 B/2000 [ANEXO 23]. Esta deliberação foi aprovada por minuta para produzir efeitos imediatos
Municipal, dando cumprimento ao estipulado na alínea d) do nº 2 do artigo 154º do Decreto-Lei nº 227 B/2000 [ANEXO 23]. Esta deliberação foi aprovada por minuta para produzir efeitos imediatos
Municipal, dando cumprimento ao estipulado na alínea d) do nº 2 do artigo 154º do Decreto-Lei nº 227 B/2000 [ANEXO 23]. Esta deliberação foi aprovada por minuta para produzir efeitos imediatos
Municipal, dando cumprimento ao estipulado na alínea d) do nº 2 do artigo 154º do Decreto-Lei nº 227 B/2000 [ANEXO 23]. Esta deliberação foi aprovada por minuta para produzir efeitos imediatos
Municipal, dando cumprimento ao estipulado na alínea d) do nº 2 do artigo 154º do Decreto-Lei nº 227 B/2000 [ANEXO 23]. Esta deliberação foi aprovada por minuta para produzir efeitos imediatos.————————————————————————————————————
Municipal, dando cumprimento ao estipulado na alínea d) do nº 2 do artigo 154º do Decreto-Lei nº 227 B/2000 [ANEXO 23]. Esta deliberação foi aprovada por minuta para produzir efeitos imediatos.————————————————————————————————————
Municipal, dando cumprimento ao estipulado na alínea d) do nº 2 do artigo 154º do Decreto-Lei nº 227 B/2000 [ANEXO 23]. Esta deliberação foi aprovada por minuta para produzir efeitos imediatos.————————————————————————————————————
Municipal, dando cumprimento ao estipulado na alínea d) do nº 2 do artigo 154º do Decreto-Lei nº 227 B/2000 [ANEXO 23]. Esta deliberação foi aprovada por minuta para produzir efeitos imediatos.————————————————————————————————————
Municipal, dando cumprimento ao estipulado na alínea d) do nº 2 do artigo 154º do Decreto-Lei nº 227 B/2000 [ANEXO 23]. Esta deliberação foi aprovada por minuta para produzir efeitos imediatos.————————————————————————————————————
Municipal, dando cumprimento ao estipulado na alínea d) do nº 2 do artigo 154º do Decreto-Lei nº 227 B/2000 [Anexo 23]. Esta deliberação foi aprovada por minuta para produzir efeitos imediatos.————————————————————————————————————





<u>Pág. 15</u>



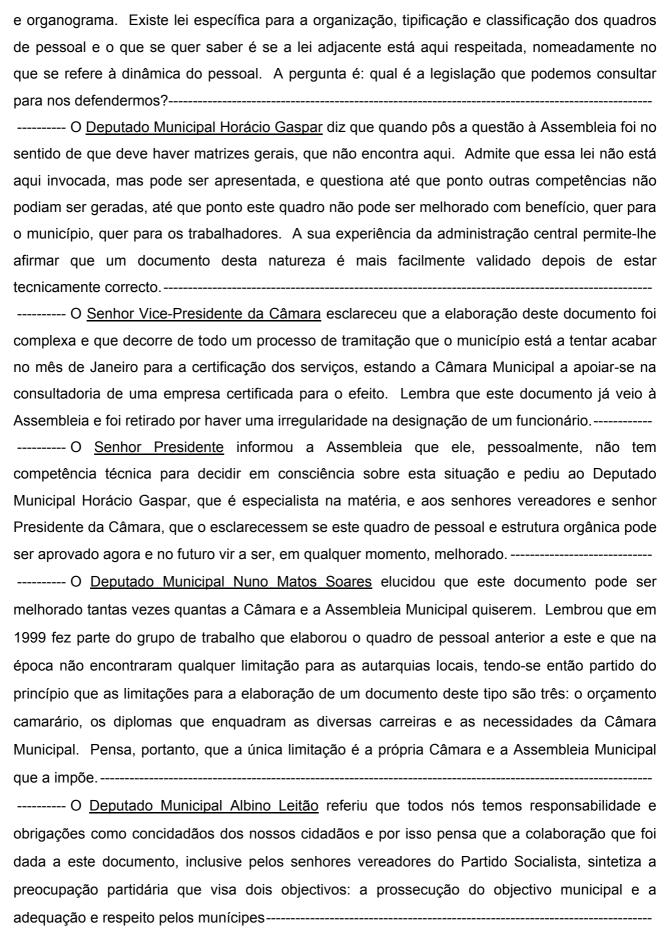
Camara esciareceu que não se pode substituir a Região de Turismo da Serra da Estreia para dar
tal certeza, não tendo, por isso, até ao momento, qualquer garantia para dar
Posto isto, o Senhor Presidente reconhece que o evento tinha bastante interesse para o
concelho e que em circunstância alguma a Câmara Municipal poderia deixar de participar nesta
realização, mesmo correndo riscos. Neste mundo, em que é importante garantir estas realizações
para as regiões menos favorecidas, há também que correr alguns riscos e vamos crer que quem
está à frente destes serviços não deixa de libertar as verbas para fazer estes pagamentos
O Deputado Municipal Albino Leitão acha que, se a Câmara Municipal assumiu o risco de
intermediar neste evento, só tem de ser louvada. A sua questão é apenas do ponto de vista
técnico, pelo que põe seis questões: 1) Se não se prevê que seja feito este ano qualquer
pagamento, para que se propõe uma revisão ao orçamento a dez dias do fim do ano; 2) Se o
reembolso não for feito, quem assume o risco; 3) Quem é que suporta os vinte e cinco por cento
do evento, é o organizador ou a Câmara Municipal; 4) Afinal, quem foi o organizador; 5) Como foi
seleccionado o organizador; 6) Qual a legitimidade da Câmara Municipal em actuar em relação a
isto, antes de levar o assunto à Assembleia Municipal. Enquanto estas seis questões não forem
esclarecidas, mantém as suas reservas
O Senhor Vice-Presidente da Câmara prestou os seguintes esclarecimentos: quando a
Região de Turismo comunicou à Câmara Municipal (e isto está documentado) que a candidatura
estava em condições de ser reembolsada, não duvidaram, e por isso a Câmara fez o pagamento
de trinta a quarenta por cento do evento ao organizador
A esta afirmação do Senhor Vice-Presidente, o <u>Deputado Municipal Albino Leitão</u> solicitou
que ficasse escrito em acta, e eu assim o fiz, que já houve um primeiro pagamento à entidade
organizadora
Prosseguindo os seus esclarecimentos, o Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que
depois de ter recebido informações de que a candidatura ainda não estava aprovada, mandou
suspender os pagamentos subsequentes. Esclareceu também que, quanto à 'contratação' do
organizador, os critérios adoptados foram os que estão previstos na lei, complementados com
informação jurídica, e que não tem dúvidas quanto à transparência deste processo
Instado pelo Deputado Municipal Albino Leitão, esclareceu que a entidade organizadora é
a firma Geração sem Limites Lda
Mais informou o Senhor Vice-Presidente da Câmara que a deliberação da Câmara
Municipal é de vinte e três de Novembro e que, entretanto, chegaram informações contraditórias,
até já depois de ter sido convocada esta Assembleia



O Deputado Municipal Albino Leitão questiona então quem suporta os vinte e cinco por
cento das despesas não sustentadas pela Direcção-Geral de Turismo, ao que o Senhor Vice-
Presidente da Câmara esclareceu que será a empresa organizadora, Geração sem Limites Lda., a
quem a Federação Internacional de Parapente entregou a organização do evento. Questiona
também como é que a Câmara Municipal entrega duzentos e trinta e seis mil e quinhentos euros a
uma entidade sem qualquer atitude comportamental interna em relação aos processos a que se
deve obedecer, ao que o Senhor Vice-Presidente da Câmara esclareceu que a referida entrega é
feita com base no contrato existente
O <u>Deputado Municipal Albino Leitão</u> , depois dos esclarecimentos prestados pelo
Executivo Camarário, continua a achar que foi cometida uma ilegalidade
O Senhor Presidente da Mesa interveio dizendo que não duvida que esta proposta só
está agendada porque está devidamente enquadrada em suporte legal e contabilístico
Esclareceu então o Senhor Vice-Presidente da Câmara que não era imperioso que esta
revisão orçamental viesse à Assembleia Municipal, mas esta é também uma forma de dar
publicidade a um acto que prestigia o Concelho e em que a Câmara Municipal tem a sua quota-
parte de participação
O <u>Deputado Municipal Albino Leitão</u> voltou a questionar a legalidade deste pagamento,
ou seja, como se paga trinta por cento de uma despesa sem se inscrever uma receita, ao que o
Senhor Vice-Presidente da Câmara esclareceu que há dotação orçamental e que havia verba
disponível que foi utilizada para este fim
No uso da palavra, o Deputado Municipal Nuno Matos Soares acha que parece fora do
contexto considerar ilegal este pagamento pois a receita é perfeitamente visível na página um da
Revisão nº 2 da Modificação ao Orçamento, pelo que tecnicamente não há qualquer ilegalidade
ou dúvida, já que estão previstas a despesa e a receita. Quanto à passagem para 2006, quem
conhece o POC sabe que não havendo consumação final de verba no ano 2005, tecnicamente
terá de constar tanto na despesa como na receita de 2006
Findas as intervenções dos senhores deputados e os esclarecimentos do Executivo, o
Senhor Presidente deu por encerrada a apreciação da 2ª Revisão Orçamental e passou à votação
da mesma, tendo obtido dez votos a favor, sete votos contra e uma abstenção
Perante esta votação, foi a 2ª Revisão Orçamental da Câmara Municipal aprovada
por maioria. Esta deliberação foi aprovada por minuta para produzir efeitos imediatos



PONTO 3.10 DA ORDEM DE TRABALHOS
APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO QUADRO DA CÂMARA MUNICIPAL E SEU ORGANOGRAMA
O Senhor Presidente, depois de introduzir este ponto e referir o documento que está aqui
em causa [Anexo 25 — Proposta de Alteração do Quadro de Pessoal e Estrutura Orgânica da
Câmara Municipal de Manteigas], deu a palavra aos deputados que quiseram intervir
No uso da palavra, o Deputado Municipal Horácio Gaspar começou por cumprimentar os
presentes, desejando-lhes que se sentissem bem e afirmando que pretende aprender alguma
coisa aqui connosco. Referiu de seguida que queria colocar uma questão de ordem técnica e que
é a seguinte: quais são os diplomas, se é que existem, que suportam a elaboração destes
quadros de pessoal ou organogramas e respectivas alterações, isto tendo conhecimento que as
alterações aos quadros de pessoal tiveram em conta as sugestões dos senhores vereadores do
Partido Socialista. Não estão em causa as alterações, mas os fundamentos legais, tanto mais que
na introdução que é apresentada neste documento se refere uma lei que lhe parece relativamente
excepcional, e depois, sobre as matérias mais substantivas, como é o caso das carreiras em
geral, diz-se que as carreiras têm dotação global referindo uma lei que é de 1987 existindo um
diploma mais recente, que lhe parece se aplica também à administração local
O Senhor Presidente referiu aqui que também teve conhecimento da participação activa
dos senhores vereadores do Partido Socialista nas alterações aos quadros de pessoal e
organograma da Câmara Municipal, o que lhe apraz registar e o leva a concluir que o documento,
independentemente de algumas questões técnicas que o senhor deputado, e muito bem, levantou,
está em condições de ser apresentado e aprovado pela Assembleia Municipal
O <u>Deputado Municipal Horácio Gaspar</u> informou que só queria ser esclarecido sobre a
alínea n) do nº 2 do artigo 53º da lei referida, para o qual o nº 6 do artigo 64º remete, dizendo que
é nos termos da lei. É este 'nos termos da lei' que o leva a supor que há uma lei subjacente, que
permite elaborar e alterar quadros, que não está aqui mencionada e ele sabe que há diplomas que
enquadram as alterações orgânicas
Respondendo, o <u>Senhor Vice-Presidente da Câmara</u> disse que este documento deu
muito trabalho a elaborar, pois envolveu toda a estrutura do Município, e que não dispõe a esta
hora de meios humanos nos Paços do Concelho para prestar essa informação, o que fará logo
que possível
O <u>Deputado Municipal Albino Leitão</u> está certo de que há aqui um conceito estabelecido,
que é o de ser da competência da Assembleia Municipal a aprovação destes quadros de pessoal





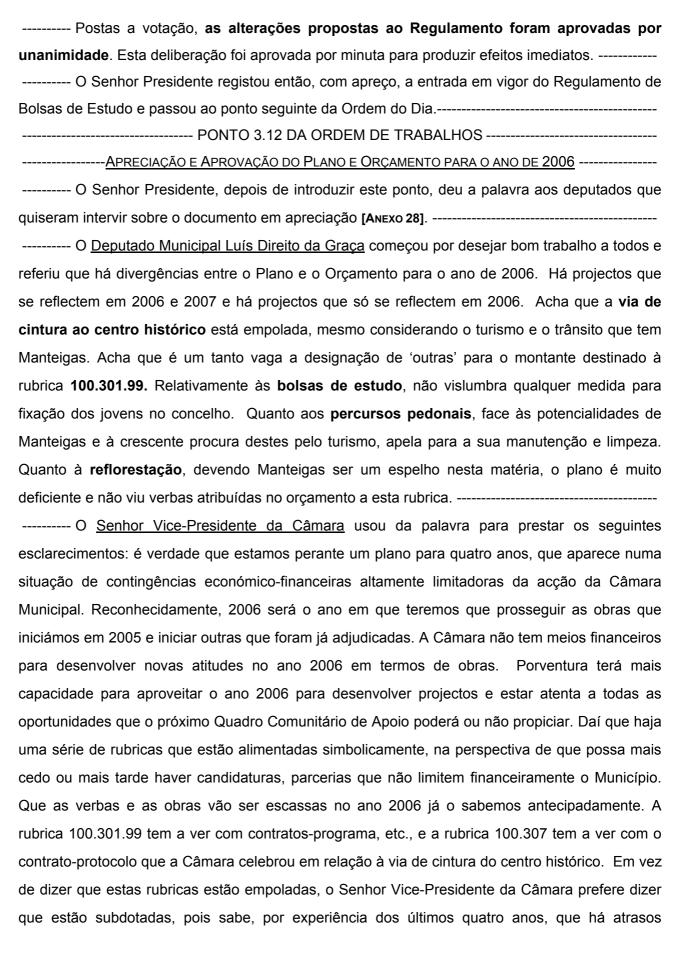
O Sennor Presidente da Mesa informou que a Camara Municipal vai procurar ciarificar e
dar alguns esclarecimentos necessários, lembrando que o Executivo aprovou estes documentos
por unanimidade, o que é um indicador para a Assembleia também o fazer
O Senhor Vice-Presidente da Câmara começou por lembrar que o que se põe em dúvida
nesta Assembleia é se há legislação específica que regule estas matérias, informação que
disponibilizará logo que possível. Também sabem os senhores deputados que se compararmos
este quadro de pessoal com o anterior, este ultrapassava largamente os limites orçamentais. O
quadro de pessoal com uma componente menos redutora tem o reverso de ter mais provimento
de lugares. Se todos os lugares fossem providos, ultrapassavam-se os quarenta por cento das
receitas correntes do ano anterior e temos de ser cuidadosos no provimento de lugares. Já foi
dito que o Executivo da Câmara disponibiliza toda a documentação para esclarecimentos. Se
porventura forem detectadas irregularidades, o quadro é revisto e volta novamente à votação da
Assembleia
Findas as intervenções e os esclarecimentos, o Senhor Presidente pôs à votação a
proposta de alteração do Quadro da Câmara Municipal e seu Organograma, a qual foi
aprovada por unanimidade. Esta deliberação foi aprovada por minuta para produzir efeitos
imediatos
PONTO 3.11 DA ORDEM DE TRABALHOS
APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DE BOLSAS DE ESTUDO
O Senhor Presidente deu início à discussão do Regulamento de Bolsas de Estudo
[ANEXO 26] — já com a presença do Senhor Presidente da Câmara —, começando por referir que
lhe foi enviada, pelo Senhor Vice-Presidente, cópia da carta recebida em tempo útil na Câmara
Municipal, subscrita por António Lívio Martins Roque, enquanto munícipe, e datada de vinte de
Outubro de dois mil e cinco, sugerindo alterações à redacção dos artigos 5º e 6º, a qual
passou a ler para conhecimento da Assembleia [ANEXO 27]
O Deputado Municipal Albino Leitão usou da palavra para sugerir que o regulamento
fosse aprovado na generalidade e depois passado à especialidade
O Deputado Municipal André Leitão felicita o Senhor Presidente da Câmara Municipal por
esta iniciativa, pois Manteigas fica longe dos grandes centros e é nestes que se encontram as
boas escolas. Isto está de acordo com a social democracia em que se revê, pois não dá a cana
para pescar mas ajuda a obtê-la. Tanto quanto lhe é dado ver, isto é acção social e por isso se
congratula



O <u>Deputado Municipal Carlos Ferrão</u> entende que devemos todos apoiar o Executivo em
iniciativas desta natureza pois incentiva os melhores alunos do município a prosseguirem os seus
estudos com mais apoio
O Senhor Presidente perguntou então ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se a
introdução das alterações sugeridas pelo munícipe referido implicaria algum atraso na aplicação e
entrada em vigor do Regulamento, pois não gostaria que este processo se atrasasse mais
O Senhor Presidente da Câmara Municipal antes de responder, cumprimentou os
presentes, informando que as alterações não parecem de monta mas, como a proposta do
Regulamento em causa é da autoria da Câmara Municipal, se os senhores vereadores aqui
presentes concordarem, aceita a introdução das sugestões para que o Regulamento possa ser
efectivo já em 2006
Tanto o Senhor Vice-Presidente da Câmara como o Senhor Vereador José Pinheiro
anuíram a esta sugestão
O Senhor Vereador Esmeraldo Carvalhinho disse que concorda com esta iniciativa
porque estas políticas também faziam parte da sua campanha eleitoral. Se isto é para o bem dos
alunos de Manteigas, concorda com estas medidas e quanto mais depressa melhor, não havendo
necessidade de se esperar pela realização de mais uma reunião camarária
O Senhor Vereador António Fraga também apoia esta iniciativa e entende que isto é o
que realmente significa dar igualdade de oportunidades
O Deputado Municipal Umberto Leitão congratula-se pelo facto de o espírito natalício
estar aqui bem presente pois ajudou a ultrapassar algumas questões mais susceptíveis. Quanto à
questão das bolsas de estudo, manifesta o seu apoio total à iniciativa, mas gostaria que os jovens
contemplados com as mesmas retribuíssem de alguma forma o apoio financeiro recebido, por
exemplo, fixando-se em Manteigas por três, quatro ou cinco anos. Caso contrário, os bolseiros da
Câmara Municipal vão dar as mais valias a outros concelhos, ficando o nosso município, desta
forma, mais pobre
O Senhor Presidente da Mesa lembrou que não é fácil introduzir este tipo de
condicionantes e que acaba sempre por haver benefícios para o município de forma indirecta.
Além disso, se criarmos aqui qualquer barreira, corremos o risco de deixar de ter candidatos, pois
acredita que nenhum jovem aceitaria essas condições. Lembrou ainda o caso dos formandos na
Força Aérea, que tiram os cursos e depois usam um dos mil e um argumentos disponíveis para se
eximirem à continuidade na Força Aérea

O <u>Deputado Municipal Manuel Carvalhinho</u> intervelo para lembrar que qualquer menção
de contrapartida iria colidir com os direitos constitucionais dos cidadãos e correríamos o
risco de ser fiscalizados pelo tribunal constitucional
O Deputado Municipal André Leitão afirmou que as bolsas de estudo cabem no campo da
acção social e não do investimento. O incentivo para fixação dos jovens no concelho deve ser
abordado noutro tipo de iniciativas
O Senhor Vice-Presidente da Câmara esclareceu que a Câmara prometeu em 2005
implementar o cartão júnior mas avançaram primeiro com as bolsas de estudo por ter sido
considerado um contributo prioritário para os jovens de Manteigas. Quer ainda esclarecer que, de
todos os regulamentos que leu, este é um dos mais arrojados e dos mais ambiciosos. Quanto à
intervenção do Deputado Municipal Umberto Leitão, lembrou que a escola de hotelaria tem
formado dezenas de jovens que não se fixam no concelho, se calhar não por culpa deles, mas
porque a estrutura empresarial de Manteigas não satisfaz essa procura dos jovens. A única
contrapartida que é exigida aos bolseiros são vinte e dois dias de trabalho voluntário a prestar
durante o ano da concessão de bolsa
Posto isto, o <u>Senhor Presidente</u> , depois de afirmar que esta é uma iniciativa de louvar,
enaltecer e pôr em prática tão rápido quanto possível, pôs o regulamento à votação, na
generalidade
O Deputado Municipal Albino Leitão, pediu a palavra dizendo que ainda não se tinha
pronunciado e o Senhor Presidente disse que teria a palavra se fosse para falar exclusivamente
do Regulamento, ao que o deputado municipal contrapôs que não sabia que havia tempo
estipulado para falar. A isto o Senhor Presidente respondeu que esta questão é matéria a ser
tratada em futura assembleia
Disse, então, o Deputado Municipal Albino Leitão que este regulamento vai merecer a
sua concordância, mas que não o considera tão arrojado e inovador quanto possa parecer. Já há
vinte anos, na Câmara Municipal de Manteigas, havia regulamentos para atribuição de bolsas de
estudo
O <u>Senhor Presidente</u> , com todo o respeito, lembrou o senhor Deputado Municipal Albino
Leitão que o que interessa é o regulamento que temos hoje para aprovar, o qual vai beneficiar os
ovens deste concelho, e de imediato colocou o mesmo a votação
Posto a votação, o Regulamento de Bolsas de Estudo foi aprovado em minuta por
unanimidade
O Senhor Presidente referiu então que também era necessário votar a proposta de
alterações sugeridas pelo cidadão António Lívio Martins Roque





significativos no reembolso de candidaturas, ao ponto de a Câmara ter neste momento em crédito

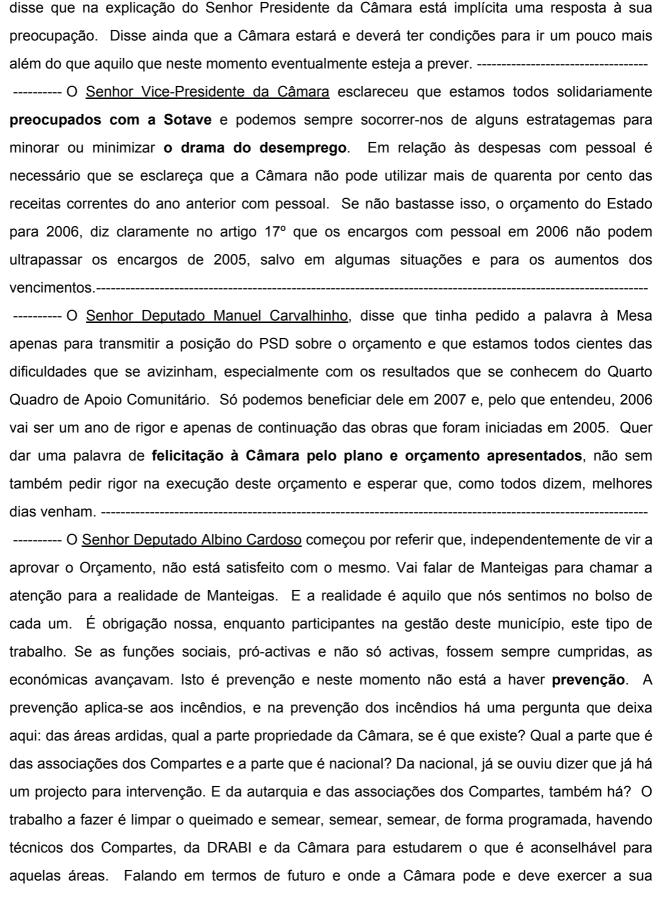
um milhão de euros de obra feita, de que se aguarda o respectivo retorno. Facultou, entretanto ao Senhor Presidente da Mesa um mapa [ANEXO 29], de que este solicitou mais cópias, onde se podem verificar os créditos da Câmara Municipal em 16 de Dezembro de 2005, e o que se perspectiva receber em 2006 relativamente a candidaturas, o que soma cerca de quatro milhões e trezentos mil euros. Referiu, entretanto, que pode sempre haver imprevistos na realização das obras — que às vezes não correm como se quer —, daí esta situação cautelosa de não esgotar toda a possibilidade de dotação nestas matérias. ------------- Referiu depois que há mais duas questões a responder. Uma prende-se com as políticas da juventude e a fixação dos jovens, quer o cartão jovem, quer os incentivos e apoios às famílias que se fixem em Manteigas, o que faz parte do programa já apresentado há três meses, e outra prende-se com a reflorestação que, embora seja alvo do valor simbólico contemplado no orçamento, é objecto de uma candidatura muito significativa ao apoio florestal permanente para o biénio 2006-2007, no valor elegível de quinhentos e quarenta e um mil euros. -------- Quanto aos **percursos pedonais**, referiu que já têm uma proposta para três percursos de curta e média distância à espera do parecer do Parque Natural da Serra da Estrela. Consideram que estes percursos ainda não são suficientes e têm surgido várias ideias para fazer, não só percursos de meia encosta mas também urbanos, e que a Câmara Municipal procurará responder a estas sugestões. ---------- O Senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para dar um esclarecimento sobre a reflorestação de Manteigas. Quando aconteceram os fogos florestais houve uma reunião com as várias entidades responsáveis, tendo a Senhora Representante da Direcção Regional das Florestas informado que tinha submetido uma candidatura ao programa AGRIS, que implica a reflorestação, contenção da erosão, manutenção e limpeza das matas, retirada de material ardido e inutilizado e que seria criado um grupo de trabalho, que já estava a intervir no terreno e que iria calibrar entre si a metodologia a utilizar. Iriam gastar-se, de acordo com a candidatura, cerca de três milhões e meio de euros só para obviar a toda a zona que está sobranceira à estrada. Simultaneamente, a Câmara já tem aprovado o plano florestal, que tem interactividade com os planos regionais e com o plano nacional, e que vai ser apresentado nas primeiras semanas de Janeiro. Este plano devia ser entregue à Agência Nacional para Protecção da Floresta, agência essa que o governo acabou de extinguir. Entretanto, Câmara tem já, juntamente com os Compartes, um programa de vigilância activa. Este plano para intervenção, entretanto, dá-nos um conjunto de matrizes de intervenção e de ordenamento relativamente às espécies, que será



obrigatoriamente transmitido aos grandes titulares da floresta. Os grandes titulares da floresta, na

generalidade, são a Câmara Municipal, que tem uma boa parte, os Compartes, que têm a maior parte, e um ou dois particulares que têm algum significado neste processo. A Câmara já está a intervir relativamente às faixas urbanas e para-urbanas mas o re-arrumo da floresta dependerá A Câmara tem uma verba, como foi dito pelo Senhor Vice-Presidente, que ultrapassa os setecentos mil euros para executar durante dois anos e, se essa verba for aprovada e se este plano for considerado pró-activo e mobilizável, a Câmara cá está para fazer a sua parte e continuar, como até agora, a fazer a desobstrução de caminhos, a ajudar no apoio da desobstrução da linha de água, a criar todas as condições necessárias para a vigilância, a apoiar os bombeiros, apoiando naturalmente a juventude e os programas activos e pró-activos para a juventude, como já fez este ano. A intervenção da Câmara será sempre com quem sobre a matéria tiver a última palavra a dizer, que são os serviços técnicos especializados do Estado, pois são eles quem irá aprovar em definitivo o plano de apoio. ----------- O Deputado Municipal Armandino Susano, depois de desejar as boas festas aos presentes, lembrou que foram satisfeitas, neste orçamento, algumas propostas do Partido Socialista e é, portanto, para si, um orçamento credível. Há, no entanto, uma questão que queria salvaguardar e que se prende com a floresta, que considera um ex-líbris que pode vir a criar postos de trabalho; temos uma zona verde a preservar, há ainda muita coisa por fazer em termos de vigilância, mas considera que é preciso principalmente investir na reflorestação. Referiu também que temos o problema da Sotave, que implica desemprego, pois já libertou e possivelmente vai libertar mais mão-de-obra não qualificada; a sua preocupação aumentou quando há pouco o Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que no Quadro do Pessoal da Câmara iam reduzir os encargos com o pessoal menos qualificado. Felizmente há muita gente que se forma no ensino superior em Manteigas, mas o concelho não tem condições para absorver todos esses quadros que irão, como é óbvio, para outros lados, buscar rendimentos onde for possível. Se os quadros superiores se vão embora, se os menos qualificados não têm saídas, então a crise vai ser maior do que pensava. Lembra que em situações de crise é o poder local, dentro das medidas do orçamento, que se substitui à crise. Agora não será notório mas, a partir do segundo ano do fundo de desemprego, a crise vai começar a reflectir-se e é por isso que pensa que devemos arranjar em conjunto uma maneira de se prevenir a situação pois se não nos precavemos depois vai ser muito mais difícil. E se de facto, como disse o Senhor Vice-Presidente, as verbas estão avaliadas por baixo, então a verdade é que podem ser avaliadas mais para cima, e criar aqui uma situação que possa fazer face ao futuro. ------

------ O Senhor Presidente agradeceu as palavras do Deputado Municipal Armandino Susano e





competência, gostaria de saber quando vão estar concluídos o Plano de Urbanização, o Plano Director Municipal e o Plano de Ordenamento das Penhas Douradas. Quando vão iniciar as obras do hotel na Fonte Santa. Que há em relação às infra-estruturas da Relva da Reboleira, que já foram denunciadas como insuficientes, tendo a Taça do Mundo de Parapente revelado isso mesmo, o que levou a que as economias que podiam ter vindo para Manteigas fossem parar aos concelhos vizinhos. E para terminar alude ao que — para além do viveiro trutas e de todo o pólo termal — começa a ser um ex-líbris: toda a zona que envolve Matos Cunha, São Gabriel. Referiu ainda a conveniência e urgência de se elaborar o projecto dos túneis, tendo em vista o seu financiamento no Terceiro Quadro Comunitário de Apoio. São questões que sabemos que estão em cima da mesa e que podem catapultar Manteigas, suprindo as carências que tem, nomeadamente ao nível do desemprego. E a pergunta que se ouve na rua é esta: agora estão a receber o subsídio de emprego, mas as pessoas que têm a sua idade, daqui a três anos, se não tiverem soluções de emprego, como é que vai ser o futuro delas? Vão ficar em Manteigas? De certeza que não. E a nossa população já baixou dos quatro mil! São muitas questões e nem hoje chegaria para as debater mas é evidente que todos nós temos de nos envolver com elas e encará-las, arregaçar as mangas. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa dirigiu-se ao Deputado Municipal Albino Cardoso, dizendo que algumas das observações que fez são também preocupação provavelmente de todos os deputados que estão aqui nesta mesa, são com certeza suas também, e já teve o cuidado de apresentar ao Senhor Presidente da Câmara algumas das situações que lhe parece importante que, nestes próximos quatro anos, venham a ser desenvolvidas. É evidente que não são fáceis, pois quando se fala na fábrica de São Gabriel é complicado, porque é preciso dinheiro, é preciso capacidade de negociação, é preciso muito diálogo com os proprietários de todos aqueles terrenos, proprietários esses que por vezes não estão disponíveis para dialogar. Mas não há dúvida nenhuma que é imperioso que se dêem passos nesse sentido, até porque, conforme referiu aqui o Deputado Municipal Manuel Carvalhinho, os novos fundos comunitários provavelmente começarão a chegar em 2007-2008 e, portanto, o ano de 2006, quer-lhe parecer, é o ano ideal para se desenvolverem contactos, começarem a estabelecer-se metas, para que determinadas situações possam depois ser encaixadas nestes novos fundos comunitários. De outra forma, diz o Senhor Presidente, não tenhamos ilusão nenhuma, não há possibilidade de executar os projectos pois as receitas que o município de Manteigas tem são exíguas. Referindose especificamente ao plano e orçamento apresentados, volta a referir que os mesmos foram unanimemente aprovados na Câmara, o que deixa os membros da Assembleia Municipal



optimistas e lhes dá a confiança de que a vereação e o Senhor Presidente estão em condições de

poder levar avante algumas das iniciativas que são propostas, havendo outras que têm que ser

inseridas no plano para que mais tarde possam ser desenvolvidas e não haja, de novo, a tal necessidade de rectificação ao orçamento anteriormente aprovado. Portanto, compreende-se que, por vezes, algumas iniciativas tenham verbas curtas e que pareca que não são importantes. Uma vez que é o Presidente da Mesa, informa os senhores deputados que teve o cuidado de trocar impressões com o Senhor Presidente e de levantar algumas questões sobre algumas rubricas que constam do plano. Para além disso, irá ter o cuidado de, sempre que possível e em nome pessoal e da Assembleia que representa, pedir esclarecimentos ao Senhor Presidente da Câmara e à vereação. Se alguma vez for possível, também poderá assistir a alguma reunião de Câmara quando tiver dúvidas, até para poder esclarecer todos os elementos desta Assembleia que, naturalmente, comungam das suas dúvidas. Gostaria também que pudéssemos, nestes quatro anos, fazer algumas das obras que aqui estão, que vamos trabalhar por elas, e faz um apelo a todos os deputados: que cada um dos deputados, se for solicitado na área da sua competência, esteja disponível para colaborar, a bem de Manteigas. Quanto ao orçamento, lembra que este orçamento é o que é possível ter neste momento.------------ O Deputado Municipal Luís Direito teceu dois comentários: o primeiro, em relação ao campo de golfe, se há viabilidade económica e se há retorno; o segundo, sobre o Parque de Lazer da Senhora de Fátima estar contemplado com as verbas de dez mil mais dez mil euros e não estando ainda concluído, enquanto que o Parque de São Sebastião, que é obra feita, não é contemplado com qualquer verba. ----------- Antes de passar a palavra a quem de direito, o Senhor Presidente usou da palavra para referir que há duas ou três questões que também gostaria de referir, nomeadamente quanto às questões do PDM, plano de pormenor, etc., uma vez que é uma área específica que conhece razoavelmente, e que foi um dos temas importantes do Congresso Nacional da Associação de Municípios que se realizou no Porto nos dias 9 e 10 de Dezembro de 2005. Nesse congresso, independentemente dos aspectos políticos, houve intervenções técnicas de alguns colegas de várias Câmaras, nomeadamente arquitectos, engenheiros, e até mesmo políticos que são presidentes de Câmara, em que a principal preocupação das Câmaras e o grande cavalo de batalha com a administração central é o problema dos planos directores municipais, planos de urbanização, planos de pormenor. Porquê? A legislação é de tal forma restritiva, de tal forma exigente, são tantas as entidades que têm de se pronunciar sobre estes assuntos que na maior parte dos casos, por muito boa vontade que as Câmaras queiram ter, por muito esforço que



façam, claramente é difícil conseguir que estas situações sejam resolvidas em tempo útil. Dá um exemplo, rapidamente para não ser fastidioso, sobre um plano pormenor que está a desenvolver há dezasseis anos, que há coisa de quatro anos estava totalmente aprovado e de há quatro anos para cá começaram a aparecer novas entidades a pronunciar-se sobre esse mesmo plano e neste momento, se lhe perguntarem quando é que vai ser aprovado, não tem nenhuma previsão concreta. Isto para dizer que, relativamente a Manteigas e no que se refere ao PDM, plano de urbanização e plano de pormenor, nós temos que ser realistas: por muito que a Câmara faça, quaisquer que sejam os seus elementos, as informações e as participações de outras entidades nestes planos são de tal forma coercivas e os prazos são de tal forma ultrapassados, que é muitas vezes difícil e complicado tê-los no tempo útil. No caso concreto da Serra da Estrela, o senhor presidente da Câmara de Gouveia, nesse mesmo Congresso, fez uma intervenção importantíssima acerca dos planos de pormenor, planos urbanos e PDMs, porque referiu uma série de entidades que têm de se pronunciar, e acabou a sua intervenção por dizer apenas 'lamento mas por muito que eu faça, por muito que desenvolva, acabo por ser impotente, porque não consigo ter esses planos aprovados em tempo que seria útil para o concelho, nomeadamente para uma grande unidade hoteleira em Gouveia, que está presa da aprovação do plano pormenor'. Portanto, o Senhor Presidente não se está a substituir à Câmara, nem àquilo que os senhores vereadores e o senhor presidente irão dizer, mas está a dar o seu parecer, o seu conhecimento daquilo que se passa com os planos, até porque tem sido uma das situações que tem acompanhado com alguma regularidade. ----------- O Senhor Deputado Albino Cardoso colocou então a questão, se esse problema é geral, porquê a passividade? É que não dá conta de uma denúncia pública junto das autoridades portuguesas ou até europeias. Não se podem manietar as populações ao parecer de uma quantidade de entidades. Temos de ser pró-activos na denúncia daquilo que está mal para avançarmos. ---------- O Senhor Presidente prosseguiu dizendo que foi a primeira vez que esteve no congresso e também ficou surpreendido por algumas situações que apareceram no referido congresso. O principal problema debatido foi a questão dos PDMs: todas as Câmaras, todas as intervenções bateram nesse ponto. Curiosamente, as intervenções do Senhor Presidente da República e do Senhor Primeiro-Ministro, no Congresso, não se referiram absolutamente em nada a qualquer dessas situações. Isto leva-o a crer, enquanto técnico, que se calhar, a maior parte dos concelhos — não é o caso de Manteigas — já tem uma malha urbana de tal forma grande que não é vontade

da administração central que ela seja alargada ou seja revista e portanto vai criando, de uma





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

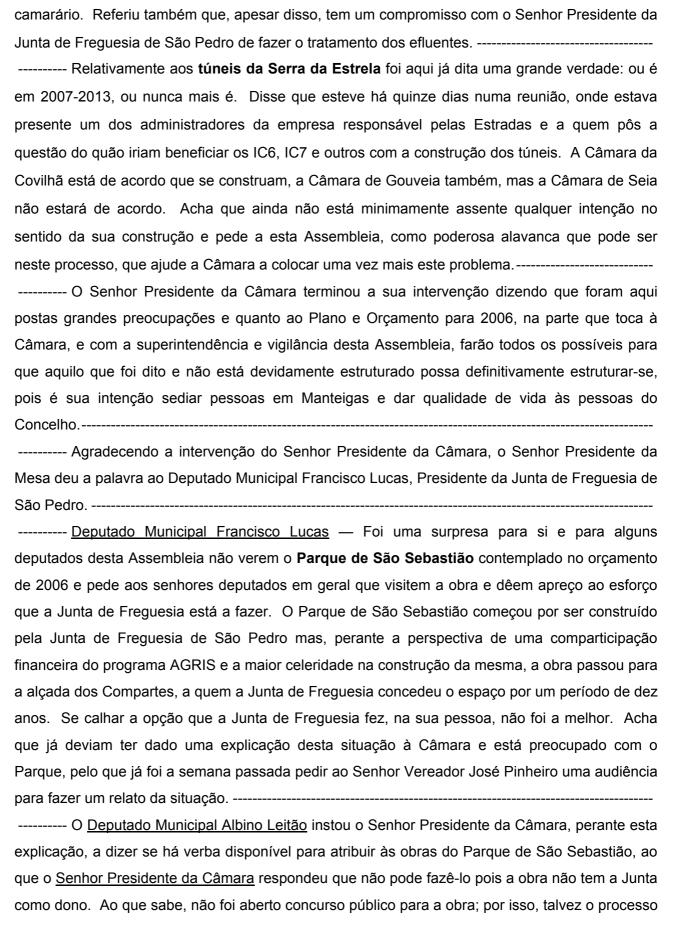
directores municipais terão obrigatoriamente de integrar mas que ainda não está em discussão

pública. O problema é que o plano de ordenamento do território utiliza a cartografia do exército,

com a escala 1/50.000, e o Plano Director Municipal de Manteigas tem cartografia digitalizada à escala 1/10000 e 1/1000, não aceitando as entidades negociar sobre a nossa cartografia, que tem qualidade para ser certificada e qualificada. O nosso plano tem de se inserir num plano nacional, que nós não sabemos quando vai aparecer; terá também de ser integrado num plano regional, que também não existe, porque a CCDRC nunca fez planos relativamente à região. Além de todas estas limitações a Câmara Municipal pediu uma comissão de acompanhamento — que a lei impõe —, há mais de quatro anos, para revisão do Plano Director Municipal, comissão essa que nunca foi designada. No que toca à parte de diagnóstico do Plano, que é a parte que a Câmara deve preparar, está já entregue a uma empresa, há mais de um ano, mas as condicionantes externas não nos permitem saber com quem temos de dialogar ou a quem abordar. O Plano Director Municipal de Manteigas tem um conjunto de vicissitudes — pois foi o primeiro do Distrito da Guarda a ser elaborado —, mas cremos que em termos genéricos não está desfasado e se coaduna com as realidades e necessidades do Concelho. Poderia pensar-se numa revisão só para a sede do Concelho, apenas para facilitarmos mais construções e fazer mais habitações, mas entendemos que tem de servir para ordenarmos o território no sentido de ser mais equilibrado, mostrar o que está construído e o que não está construído, indicar o que se vai preservar, ou seja, um plano que dê directrizes a esta Assembleia e ao povo de Manteigas para o desenvolvimento sustentado do Concelho. O Senhor Presidente da Câmara está crente que o Plano de Ordenamento do Parque da Serra da Estrela vai ser concluído rapidamente e a Câmara estará atenta para agir em nome e para o bem de Manteigas. ----------- Há, no entanto, realidades que têm prioridade a breve prazo, como é o caso do Plano de Pormenor das Penhas Douradas, por exemplo, área altamente qualificada e com potencialidades de se tornar um diamante do concelho e da Serra da Estrela, exigindo por isso que se avance com um plano de pormenor de grande qualidade com anuência dos interventores no terreno — Comissões de Compartes e Turistrela. Outra situação prioritária e urgente é a da definição de uma zona industrial com plano específico para poder sediar em Manteigas indústrias altamente qualificadas. Quanto ao Viveiro das Trutas e sua planificação, acha que já toda a gente leu e ouviu o que existe sobre esta matéria. Quanto às Termas e à construção do Centro Lúdico-Termal e sua negociação, a Câmara aguarda há três ou quatro meses que o INATEL diga quem são os elementos do Inatel que vão integrar a comissão criada para o efeito, garantindo o Senhor Presidente da Câmara informações à Assembleia assim que haja evolução nesta situação. Quanto a São Gabriel, considera-o, este sim, o ex-líbris de Manteigas e da



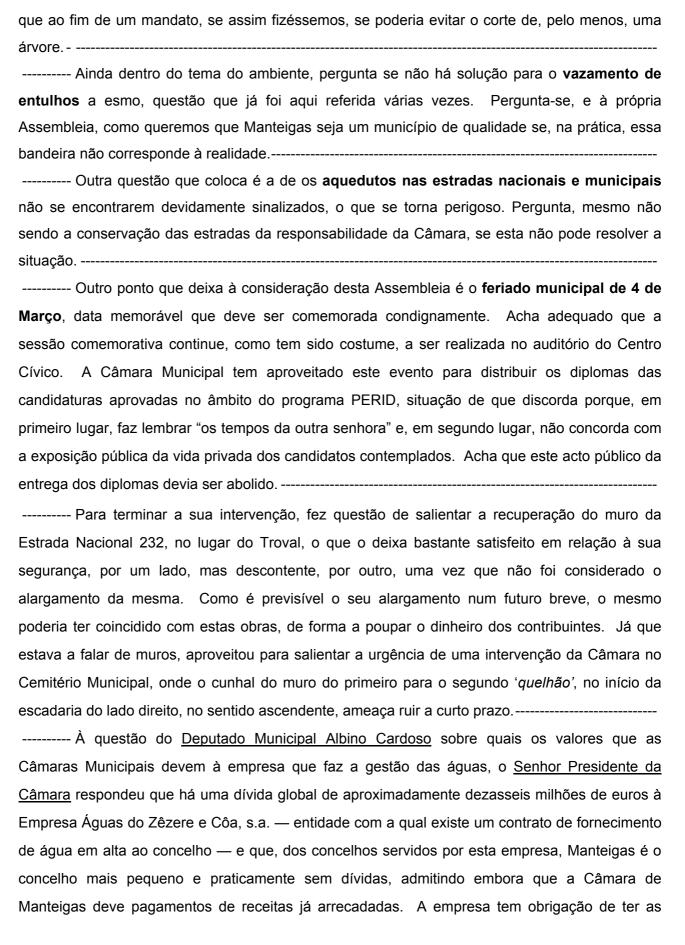
indústria têxtil nacional e, como já aqui foi dito, tem que haver muito cuidado na abordagem deste processo. Primeiro, porque este espaço deve ser muito bem qualificado, segundo, porque é muito caro, terceiro, porque aquilo tem dono e nós teremos de o comprar através de negociações para esse efeito. A Câmara tem um pré-programa funcional de há cinco anos, onde consta uma valência que já não vai ser possível implementar — o Centro de Interpretação da Serra da Estrela, está já em construção em Seia. Houve, ao início das negociações com a firma, a intenção do Ministério do Ambiente de adquirir três ou quatro edifícios para aí instalar o Parque Natural e o Parque de Investigação para a Natureza. O Ministério declinou a intenção e hoje o que temos certo é que a AIBT aceitou disponibilizar uma verba para fazer um estudo ou ante-projecto para São Gabriel — e o Senhor Presidente agradece desde já o contributo que todas as pessoas, a Câmara e os Senhores Vereadores possam dar para este projecto. A Câmara irá, antes de lançar o concurso para o ante-projecto, fazer a definição das valências que considera mais adequadas para o aproveitamento daquele espaço, para depois se elaborar o projecto. ------------- Quanto ao campo de golfe, se um conjunto de circunstâncias e condições o propiciarem, articula-se nitidamente com a evolução que poderá haver também do Golfe da Gaia-Belmonte, onde já existe uma academia de golfe. Este projecto dependerá sempre da existência de um segundo ou mais campos de golfe para que as entidades ligadas ao golfe prevejam realizações nacionais e internacionais para esta área, pois uma das exigências dos praticantes deste desporto é a existência de diversos campos de golfe na área para a realização de eventos. No entanto, uma das condicionantes é a inexistência do plano de urbanização de Vale de Amoreira, onde cada vez que é necessário um licenciamento de construção, este tem de 'correr' todas as entidades regionais e nacionais que têm que dar parecer sobre a sua realização, inclusive o Parque Natural da Serra da Estrela, pois o seu ordenamento não está tratado no PDM da Guarda, ------ O Parque de Lazer da Senhora de Fátima, é uma ideia que está a ser levada à prática na freguesia de Santa Maria, e por isso tem verba prevista no orçamento de 2006 para que possa ter candidatura à AIBT. Quanto ao Parque de São Sebastião, o Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro poderá explicar mais concretamente o que se passa. Sabe da existência de um projecto avultado, na ordem dos trezentos e cinquenta mil euros, que por questões burocráticas ou outras que desconhece, passou para a alçada dos Compartes, que ainda não licenciaram o processo. Oficialmente o Senhor Presidente da Câmara não tem conhecimento do caso, uma vez que esta situação não está licenciada e por esse facto não consta do orçamento



tenha passado para a alçada dos Compartes. A Câmara Municipal estaria a cometer uma ilegalidade se contemplasse esta obra no orçamento. Mais informou que a Câmara já assumiu o compromisso em termos de apoio no saneamento, o que irá respeitar.---------- Não havendo mais intervenções agendadas, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação da Assembleia as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2006. ----------- Foi o Plano e Orçamento para o Ano de 2006 aprovado por unanimidade. Esta deliberação foi aprovada por minuta para produzir efeitos imediatos. ----------------- Ao pedido de declaração de voto por parte do Deputado Municipal Albino Leitão, o Senhor Presidente da Mesa informou que as declarações de voto só eram autorizadas no caso de votação contra, autorizando a sua intervenção, caso designasse a mesma, por exemplo, por justificação de tendência de voto e apresentada antes da votação. O Deputado Municipal Albino Cardoso rebateu, dizendo que uma declaração de voto é distinta da tendência deste, pelo que não vê impedimento a uma declaração. O Senhor Presidente, informando do uso desta casa, comprometeu-se a verificar o que existe sobre esta matéria e dar conhecimento aos senhores deputados na próxima Assembleia. Passou então a palavra ao Deputado Municipal Albino Leitão para que este justificasse o seu voto.---------- Deputado Municipal Albino Leitão — Desde logo nós votámos a favor em virtude de termos verificado que foi possível criar uma consensualidade dentro da Câmara Municipal relativamente a alguns dos projectos. É evidente que, em relação ao plano, é uma mais valia para Manteigas o aproveitamento e requalificação do parque de São Gabriel: achamos que é importante esse projecto e é um vínculo plurianual para os anos seguintes. É evidente que nós gostaríamos de compreender melhor o discurso político que fundamentou a apresentação deste plano, desde logo com a depauperação do ano 2006, como se não fosse igual a tantos outros relativamente à dotação financeira da Câmara Municipal; aliás até foi distribuído um mapa no decorrer desta reunião em que nós verificámos que afinal de contas, pelas perspectivas da Câmara, só em comparticipações se espera receber muitos e muitos milhares, centenas de milhares de euros de fundos. É evidente que verificámos, e o Deputado Municipal Albino Cardoso deu conta disso, que pela repartição das despesas municipais a Câmara está totalmente virada para a Terceira Idade. Eu pergunto: V. Exas querem transformar Manteigas num lar de Terceira Idade? Mas nós não vamos deixar. Nós pensamos que a alternativa está na sustentabilidade do desenvolvimento, no aproveitamento das nossas infra-estruturas, nas nossas capacidades. Nós achamos que devem ser criadas 'novas escolas de hotelaria', que é necessário criar condições de fixação aos jovens aqui na terra. E isso infelizmente não está previsto no orçamento. Apesar disso, nós damos o nosso acordo na medida em que consideramos que é possível, se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

conseguirem, mesmo assim, viabilizar aquilo que está aqui programado e nomeadamente se conseguirem dar corpo àquilo que consta na parte literária do plano; eu sei que em termos de orçamento pode haver muitas surpresas, eu estarei aqui para o ano para os felicitar. Figuem descansados, saberei assumir as minhas responsabilidades. Agora não considerem o nosso voto um voto perfeitamente cego. Há aqui despesas com as quais nós não concordamos. Há aqui despesas de animação que melhor fora que fossem substituídas por criação de estruturas e de instrumentos, de ferramentas, e não gastas muitas vezes em despesas de duvidosa legalidade e que são de duvidosa eficácia. Mesmo assim nós aprovamos, convencidos que há aqui muitos números que não é possível cumprir. Mas nós cá estaremos, daqui a um ano, para fazer a ------ PONTO 3.13 DA ORDEM DE TRABALHOS -----------Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal-------------- O Senhor Presidente, sobre a Informação à Assembleia Municipal do Senhor Presidente da Câmara Municipal [Anexo 30], perguntou à Assembleia se alguém desejava pronunciar-se. Não havendo qualquer interessado em intervir sobre esta matéria, passou de imediato ao ponto ------ PONTO 3.14 DA ORDEM DE TRABALHOS ------------- APRECIAÇÃO DE QUALQUER OUTRO ASSUNTO DE INTERESSE PARA O CONCELHO ------------ O Senhor Presidente da Mesa abriu este ponto da Ordem do Dia, aceitando inscrições para intervenção. ---------- Deputado Municipal José Quaresma Domingos: Deseja a todos um bom Natal e a sua intervenção é mais uma chamada de atenção que se prende com os arranjos que a Câmara executou na Praça Luís de Camões. Pergunta se não é possível mudar as floreiras fixas para floreiras móveis, de forma a criar mas espaço para estacionamento e pede a atenção da Câmara para o piso que foi colocado naquela praça. ----------- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu a chamada de atenção e respondeu que é também uma das suas preocupações, pois já teve oportunidade de constatar o que referiu, e vai procurar que a Câmara resolva rapidamente este tipo de situações. --------------------------------------- O Deputado Municipal Luís Pedro Matos Soares interveio apenas para desejar a todos os presentes um Bom Natal e um Feliz Ano Novo.---------- O Deputado Municipal Umberto Leitão tentou ser o mais sintético possível, apresentando os seguintes pontos à mesa: um primeiro ponto, prende-se com o gasto desnecessário de papel nesta Assembleia Municipal e interroga se não é possível o Executivo policopiar os documentos distribuídos em frente e verso, em vez de utilizar apenas a página de rosto das folhas. Acredita



tarifas estabelecidas, conjuntamente com o instituto regulador, e se estas vão ser mais caras, por
força das dívidas dos municípios, dificilmente entrarão em acordo os municípios cumpridores e os
municípios certamente não entenderão
O Deputado Municipal Albino Cardoso acha que ao reter as taxas cobradas aos
contribuintes, por diferendos com que o consumidor nada tem a ver, estamos a aumentar a dívida
em vez de a amortizar e a aumentar as tarifas dos consumidores. À guisa de aviso, disse que se
houver um contribuinte que se lembre de escrever para os sítios certos, a situação fica
complicada
O <u>Deputado Municipal Armandino Suzano</u> lembra que Manteigas é muito visitada no fim
do ano e que há pessoas que gostariam, se calhar, de fazer a passagem do ano de forma
diferente. Acha que devia haver iniciativas deste género e que, a Câmara Municipal enquanto
financiadora de algumas associações deste concelho, devia vincular as mesmas a promoverem
tais iniciativas
Perguntado que foi aos presentes, se havia mais algum assunto de interesse a tratar
constatado que não deu entrada na Assembleia qualquer pedido dos munícipes para preencher c
ponto da Intervenção do Público, o Senhor Presidente desejou um Bom Natal e um Bom And
Novo a todos os presentes e ao Concelho de Manteigas, dando a sessão por encerrada às
dezanove horas e cinquenta minutos
Desta sessão foi lavrada a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada
pelo Senhor Presidente da Assembleia, pelo Senhor Primeiro Secretário e por mim, que a
elaborei, na qualidade de Segunda Secretária da Mesa
O Presidente da Mesa
João Adelino Paixão Salvado
A 2ª Secretária A 2ª Secretária
<u></u>
António Lívio Martins Roque Ermelinda Silva Leite Salvado